

# Ação para ter royalties em dia

**Procuradoria do Estado estuda processo para barrar parte dos efeitos da contabilidade criativa**

▄ **ABDO FILHO**  
afilho@redgazeta.com.br

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) estuda entrar com uma ação para cortar parte do efeitos negativos da contabilidade criativa do governo federal ao Espírito Santo. O procurador Claudio Madureira questiona o fato de os royalties do petróleo e do gás extraídos em solo capixaba terem de passar pelo Tesouro Nacional antes de entrar nos cofres de Estados e prefeituras.

A decisão foi tomada a partir da matéria publicada na edição de ontem de A GAZETA revelando os sistemáticos atrasos nos repasses de royalties, Salário-Educação, recursos da Lei Kandir e Compensação Financeira de Recursos Hídricos. Desde o início deste ano, o dinheiro que era pa-

ra entrar num mês só entra no seguinte.

Pelas contas da Secretaria da Fazenda, caso a situação não se regularize, o Estado pode fechar o ano com até R\$ 80 milhões a menos no caixa. Esses R\$ 80 milhões são mantidos artificialmente no cofre da União, já que ela está postergando um gasto que fatalmente terá no futuro. Inflando o caixa com dinheiro dos outros, o Tesouro Nacional apresenta resultados primários melhores, maquiando a realidade. Daí o apelido de contabilidade criativa.

Segundo Madureira, a situação como um todo é complicada, mas há uma diferença básica com relação aos royalties. “É uma receita originária, é própria do Estado, não é um repasse da União. Não há qualquer sentido nessa retenção”.

Ontem mesmo o procurador buscou algumas informações junto à Sefaz e constatou que o problema

DIVULGAÇÃO



**Plataforma de petróleo: manobra com recursos**

agravou-se em 2014, mas já vem de alguns anos. “Hoje, o atraso médio é de 35 dias, mas anteriormente já era de 15 dias. Nossa intenção é pedir a correção de tudo isso que está atrasando nos últimos cinco anos. São milhões a menos na conta do Estado e também nas das prefeituras”.

## SEM INTERMEDIÁRIOS

A Secretaria da Fazenda fará o levantamento dos atrasos e calculará o que será solicitado à Justiça aplicando um índice de correção. Confirmados os atrasos nos últimos cinco anos, o ressarcimento pode superar os R\$ 20 milhões, afinal, os valores não são pequenos. No início de junho, por exemplo, deveriam ter entrado R\$ 65,89 milhões na conta do Estado. O montante, entretanto, só caiu em 1º de julho. Corrigido o valor pela poupança, dá uma diferença de R\$ 361 mil.

“Vamos cobrar isso daí.

Agora é esperar pela Sefaz estudar contra quem serrá a ação: petroleiras, Agência Nacional do Petróleo ou União. O que sei é que esses recursos deveriam vir direto, sem qualquer intermediário, que é o que virou a União nessa engrenagem”.

O procurador disse que a PGE não pode representar os municípios nessa briga, mas que as prefeituras interessadas podem entrar em contato com o Estado. “Nada impede que venham junto. Só não podemos representá-los formalmente”, afirmou Madureira.

Só Presidente Kennedy, município que mais produz petróleo no Espírito Santo e que vem sofrendo com os atrasos da União desde fevereiro, recebe, em média, R\$ 10 milhões em royalties por mês.

A reportagem entrou em contato com o Ministério da Fazenda, mas, até o fechamento desta edição, não havia obtido resposta.